

088

A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL E AS CRISES ECONOMICO-POLÍTICAS: UMA ANÁLISE DOS PERÍODOS JÂNIO QUADROS / JOÃO GOULART. *Diego Gusmão Brandão, Sérgio Marley Modesto Monteiro (orient.) (UFRGS).*

Os governos Jânio Quadros e João Goulart marcaram um dos períodos mais conturbados da história econômica brasileira. No período de 1961 a 1964, várias tentativas de estabilização econômica foram implementadas, todas sem sucesso. A crise econômica do período manifesta-se, principalmente, por uma sensível diminuição das taxas de crescimento econômico que o país até então vinha experimentando, somada a um processo de aceleração inflacionária e deterioração das contas externas. A face política da crise evidencia-se pela inexistência de um projeto político hegemônico e pela conseqüente incapacidade de administração dos conflitos por parte das instâncias decisórias do governo. Nos últimos anos, vários estudos têm destacado a importância dos aspectos institucionais para a compreensão do desempenho econômico dos países. A chamada Nova Economia Institucional (NEI) tem oferecido uma série de instrumentos teóricos que procuram complementar a análise econômica tradicional. De acordo com essa escola de pensamento, a suposição neoclássica de que não existem custos de transação dificulta a compreensão da realidade econômica. Apesar da ênfase que vem sendo dada ao papel das instituições nos últimos anos, a relação entre o desempenho econômico e as condições institucionais ainda constitui um desafio do ponto de vista teórico. Nesse sentido, o período 1961-64 representa um momento interessante para análise, pois marca o esgotamento de um modelo de desenvolvimento e antecede um conjunto de reformas institucionais, realizado no final da década de 1960, que foi a base de uma retomada do crescimento econômico na década de 1970. O trabalho buscou investigar a influência das variáveis institucionais sobre o desempenho econômico nos governos Jânio Quadros e João Goulart. (PIBIC).